

## A CAMPANHA 2025 JÁ COMEÇOU: luta por recomposição salarial, melhores condições de trabalho e defesa dos serviços públicos

**Reunião técnica entre Fórum e Cruesp evidenciou arrecadação em ritmo positivo e estabeleceu compromisso de novo encontro em fevereiro**

Representantes das entidades que compõem o Fórum das Seis reuniram-se com os técnicos do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) em 29/11. O objetivo foi analisar conjuntamente o cenário econômico, a arrecadação do ICMS, imposto do qual derivam os recursos para Unesp, Unicamp e USP, entre outros pontos.

Os técnicos do Cruesp confirmaram que a previsão atualizada da Secretaria da Fazenda para a quota-parte do estado (ICMS-QPE) em 2024 (que era de R\$ 154,5 bilhões e foi corrigida para R\$ 164,5 bilhões), deve se concretizar e, talvez, ser levemente superada.

Outro fato importante debatido foi o conteúdo do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2025, que o governo estadual enviou à Assembleia Legislativa em 30/9. A previsão para o ICMS-QPE de 2025 é de R\$ 181,886 bilhões, já descontados os valores do programa habitacional. Mesmo com o desconto (considerado indevido pelo Fórum das Seis), esse montante é 17,5% maior que a estimativa inicial para 2024 e cerca de 10,5% superior ao valor final previsto para este ano. Embora guardem ressalvas aos valores previstos, considerando-os acima das expectativas, os técnicos informaram que as peças orçamentárias das universidades para 2025 levam em conta os números da LOA. Nas três instituições, os orçamentos estão em vias de aprovação nos respectivos conselhos universitários. Os/as representantes do Fórum pediram informações mais detalhadas sobre recursos

estimados para a permanência estudantil; para a recomposição salarial; para as contratações de servidores/as técnico-administrativos/as e docentes (destacando o saldo real, ou seja, contratações novas menos aposentados/exonerados); dados relativos à insuficiência financeira (IF), que é a diferença entre o que as universidades arrecadam em contribuições das pessoas daativacom o que pagam em aposentadorias e pensões de servidores/as autárquicos/as. Para 2025, a IF prevista para Unesp, Unicamp e USP é de cerca de R\$ 3 bilhões. O Fórum das Seis vem denunciando há tempos – e cobrando dos reitores que façam o mesmo – que a Lei 1.010/2007, que criou a SPPrev, seja cumprida; ela estabelece que a IF deve ser custeada pelo Executivo, mas isso não acontece em relação às universidades.

Outro ponto debatido entre a representação do Fórum e os técnicos do Cruesp foi a reforma tributária. Embora as propostas de ambas as partes para a substituição dos 9,57% do ICMS-QPE (já que o imposto será gradativamente extinto nos próximos anos) sejam muito parecidas, os reitores não concordam em somar forças para evitar que as universidades sejam prejudicadas com a transição. *(leia mais no verso)*

### Nova reunião técnica e GT Previdência

A pedido do Fórum, ficou previamente agendada uma nova reunião técnica para 21/2/2025, com o objetivo de analisar o fechamento da arrecadação de 2024 e o comportamento do ICMS no início do próximo ano.

Após meses de insistência do Fórum, finalmente o Cruesp constituiu um grupo de trabalho para discutir temas relacionados às aposentadorias, pensões, insuficiência finan-



A reunião técnica, em 29/11

ceira etc. Segundo informado pelo chefe de gabinete do Cruesp, prof. Arlindo Philippi Júnior, a primeira reunião do GT Previdência deve ser agendada para o início do ano.

### Luta por salário será central

Após a reunião técnica, os/as representantes do Fórum fizeram uma breve análise da reunião técnica e dos desdobramentos da data-base de 2024. Após maio deste ano, quando a única negociação realizada redundou num reajuste salarial de 5%, a avaliação é que as entidades não conseguiram unificar as categorias em torno à luta por avanços (ainda faltam 13,87% para voltarmos ao poder de compra que os salários tinham em maio/2012, referência histórica das categorias); o que se viu foram reivindicações isoladas e as reitorias impondo os chamados penduricalhos (abonos, prêmios etc.). Além de serem pontuais, não compõem o salário e quebrarem na prática a isonomia entre as instituições, eles também deixam de fora os/as aposentados/as.

Em 2025, o desafio é mobilizar as categorias para lutarem por melhorias reais nos salários, nas condições de trabalho e na permanência estudantil.

Acesse este boletim online aqui



### Fórum fez debate sobre previdência

“Aposentadorias/pensões: Impactos das contrarreformas da Previdência” foi o tema de debate que o Fórum das Seis realizou no dia 28/11, na USP.

Em breve, confira boletim de cobertura do evento. A gravação está em [https://www.youtube.com/live/Yk0YY5\\_XfSo](https://www.youtube.com/live/Yk0YY5_XfSo)



## Reforma tributária e financiamento das universidades estaduais

Com o advento da reforma tributária, aprovada no Congresso Nacional em dezembro (EC 132/2023), o formato atual de financiamento para Unesp, Unicamp e USP (9,57% da quota-parte do Estado na arrecadação do ICMS) terá que mudar. O ICMS será extinto e, em seu lugar, será criado o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O novo imposto começará a vigorar progressivamente a partir de 2026, até substituir plenamente o ICMS.

O percentual do ICMS-QPE – base de cálculo para os orçamentos da Unicamp, Unesp e USP – não consta na Constituição Estadual, mas está previsto no Decreto nº 29.598/1989, que estabeleceu a autonomia das três universidades no início de 1989. Na época, o índice era de 8,4% e foi subindo nos anos seguintes, por conta das mobilizações da comunidade acadêmica, até chegar ao percen-

tual atual de 9,57%, ainda insuficiente dado o crescimento das universidades estaduais desde o início dos anos 2000.

Com o fim do ICMS, é com o governo Tarcísio que deverá ser negociada a definição de um novo parâmetro de financiamento para as universidades estaduais paulistas. A comunidade acadêmica deve se preparar para defender a autonomia e o financiamento adequado para as estaduais paulistas.

O Fórum das Seis já realizou dois debates sobre o tema neste ano:

- Em 25/6: <https://tinyurl.com/debateF6>

- Em 19/9: <https://bit.ly/f6deb190924>

O GT Verbas realizou estudo sobre o tema e defende a proposta de 8,64% da Receita Tributária Líquida (RTL) para o cálculo de repasse para as universidades (confira em <https://bit.ly/bfuep23>).

## Brasil tem mais de 12 milhões de terceirizados. Manifesto aponta prejuízos dramáticos

*Suspensão de aulas em ETECs e FATECs é mais um exemplo de que a precarização do trabalho só é boa para quem lucra com ela*

A notícia de que ao menos 10 unidades de Escolas Técnicas Estaduais (ETECs) e Faculdades de Tecnologia (FATECs), pertencentes ao Centro Paula Souza, tiveram as aulas presenciais substituídas por remotas na última semana de novembro trouxe à tona mais um capítulo das histórias de precarização do trabalho no Brasil. A empresa terceirizada FC Clean, contratada pelo Centro para prestar serviços de limpeza nestas unidades, deixou de pagar os salários aos seus funcionários, o que é fato recorrente, segundo denúncia do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Prestação de Serviços de Asseio e Conservação de Limpeza Urbana (Siemaco) de SP.

Manifesto organizado por entidades sociais e acadêmicas mostra que o país convive atualmente com cerca de 12,5 milhões de trabalhadoras e trabalhadores terceirizados, submetidos a salários muito menores, às piores condições de trabalho, à permanente insegurança em relação ao próprio emprego e ao recebimento dos salários.

“A terceirização é realizada em larga escala inclusive em diversas instituições do Estado, como as universidades



que, contraditoriamente, têm se arrogado um papel de protagonistas na defesa da democracia e de direitos sociais. Nelas se somam casos como o da USP, onde milhares de trabalhadoras terceirizadas não podem sequer ir trabalhar usando o ônibus circular disponibilizado aos trabalhadores efetivos, professores e estudantes – uma situação de evidente segregação. Ou da Unicamp, onde uma trabalhadora terceirizada morreu trabalhando, e suas colegas que reagiram realizando uma greve contra a precarização do trabalho foram demitidas em massa.”, destaca o texto, que pede o fim da terceirização, a revogação da “reforma” trabalhista de 2017 e a garantia dos direitos dos atuais terceirizados.

Leia mais e assine em <https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR131427>

## Ataques de Tarcísio aos serviços públicos não vão parar! Funcionalismo deve reagir!

A aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) 9/2023 pela Assembleia Legislativa (Alesp), em 27/11, significou um duro golpe contra a educação pública em São Paulo. Com ela, o governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) fica autorizado a reduzir o percentual mínimo obrigatório de investimento no setor, dos atuais 30% das receitas do estado para 25%, a partir do próximo ano.

Este pesado ataque à educação soma-se a muitos outros: militarização e privatização de escolas públicas, o avanço da plataformização, os baixos salários dos profissionais da educação e o absoluto descaso e abandono dos espaços educacionais. Desde a sua posse, o governo tem dado sinais claros de sua política: precarizar os serviços públicos e, com isso, facilitar a entrega dos recursos para a iniciativa privada, por meio de terceirizações, privatizações e renúncias fiscais.

Teremos muita luta e resistência pela frente, para impedir novos ataques e, também, evitar que os vultosos cortes que o governador poderá fazer na educação, autorizado pela aprovação da PEC 9, se concretizem. Estão em jogo a qualidade da educação pública no estado e os nossos direitos como servidores públicos.

